

Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros**

A recomposição que o universo social do livro na sua componente editorial sofreu no decurso da institucionalização do Estado Novo, sobrevivendo com surpreendente vitalidade até ao ocaso do regime, opera-se consabidamente no quadro de um cenário em que se multiplicam dificuldades e obstáculos. Abordando as relações colectivamente entretecidas pelos editores com o poder através da exploração do percurso do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, o artigo procura um entendimento das dinâmicas institucionais do campo da edição que supere interpretações que ainda prevalecem na análise da relação com um projecto político de matriz autoritária, redutoras da complexidade de um espaço ambivalente, caracterizado por uma natureza contraditória.

Palavras-chave: editores; Estado Novo; Grémio Nacional dos Editores e Livreiros; história institucional.

The publishers and the *Estado Novo*: the place of the National Publishers and Booksellers Guild

The reorganizing of the publishing sphere of the social space of the book during the *Estado Novo* regime in Portugal takes place, in a surprisingly vibrant fashion, in a scenario of difficulties and obstacles. Dwelling on the relation collectively established between publishers and the political power in place by exploring the *Grémio Nacional dos Editores e Livreiros* (National Publishers and Booksellers Guild), the article seeks to understand the institutional dynamics of the publishing world, thus overcoming current beliefs still prevailing about the connection of such a world with political projects of authoritarian nature, which tend to oversimplify a field with a complex, ambiguous and contradictory framework.

Keywords: publishers; *Estado Novo*; National Publishers and Booksellers Guild; institutional history.

De fins dos anos 30 a princípios dos anos 70 do século xx, é sob a égide do constrangimento estrutural que a edição portuguesa se engendra. Para o período em apreço avultam, em posição cimeira, os obstáculos estruturais à expansão de uma actividade cujas características essenciais residem, justa-

* CesNova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. e-mail: nuno.medeiros@fesh.unl.pt.

** Este texto beneficiou amplamente dos comentários de Rahul Kumar, Inês Brasão, Nuno Domingos e Vitor Barros, a quem deixo o meu agradecimento.

mente, no desenvolvimento de um suporte cognitivo e material dos que lhe podem consumir o produto e na criação de uma rede de distribuição que o coloque no mercado e que lhe associe um contexto socializador do objecto (livro) e da sua fruição (leitura). As dificuldades vêm de longe e prendem-se com a exacerbada proporção de analfabetos e com a prevalência de um contingente escolarizado detentor de uma formação elementar que dota os seus possuidores apenas dos rudimentos da leitura, escrita e cálculo, sem qualquer hipótese de contacto regular e naturalizado com o livro (Nóvoa, 1992; Ramos, 1988). Para os que lêem, ou dominam os dispositivos de decifração sem a posse da prática letrada mas com possibilidade de encontro com o livro, a disseminação da oferta livreira é esparsa ou inexistente, concentrado-se macrocefalicamente em Lisboa, com extensão aos outros três núcleos históricos de produção e circulação tipográfica: Porto, Coimbra e Braga (Medeiros, 2007; Ó, 1999). A convergência do livro com o leitor sofre ainda os efeitos compressivos de um regime que cedo abandonou tentativas, que houve (Medeiros, 2007; Melo, 2001; Ó, 1999), de gestão articulada do livro como objecto cultural e de desenvolvimento formativo, em favor de uma lógica policial de tónica exclusiva. À frustração de um projecto editorial próprio, e da pura inexistência de um quadro programático de cariz modernizante e impulsionador da edição, sucedeu a matriz de vigilância preventiva ou punitiva como preocupação única do poder político em relação ao livro, destacando-se o papel da censura no *logos* repressivo. Por outro lado, é justamente no lapso de tempo em apreço que se verifica uma verdadeira progressão de meios alternativos de comunicação e concorrentes no ócio. Se na década de 40 o livro mantinha a mesma concorrência que havia conhecido no século XIX com o jornal, como grande competidor, e com a rádio, à procura de uma afirmação consolidada, no final dos anos 60 os editores têm de publicar num ambiente mais preenchido face ao cortejo de meios de informação, divulgação de conhecimento e lazer. A partir de 1957, a televisão passa também a fazer parte da competição, enquanto o cinema cimeta uma posição de crescimento nas práticas de tempos livres.

A actuação dos agentes do livro, designadamente dos editores, deve ser compreendida num quadro de autonomia face às interferências das instituições, sobretudo políticas, de um determinado espaço social. A sobreposição de influências não pode, contudo, ser elidida, sob pena do empobrecimento do esquema interpretativo utilizado (Curto, 2007a e 2007b). A perspectivação do universo editorial exige um esforço de abordagem que coteje o entendimento do contexto com as dinâmicas imprimidas pelos actores particulares e com a interpretação da relação colectiva dos agentes da edição com as instituições do poder. Neste artigo procede-se à exploração do último aspecto. O caso escolhido é o órgão de representação profissional dos editores, o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL), que só na aparência

desenha uma adesão que se diria orgânica à fórmula corporativa proposta pelo Estado Novo. Membros de um sector que nunca se identificou com esse mesmo regime e no interior do qual se declaravam vozes clara e porfiadamente opositoras, os editores acabariam por evitar um conflito aberto e permanente com esse mesmo regime através da transformação do Grémio numa plataforma institucional de relação com as entidades oficiais. Baixando a intensidade de uma eventual luta, o GNEL converte-se em instrumento de autonomia. Este facto representou um contributo não desprezível para a sobrevivência de uma classe que se soube relacionar de vários modos com as instâncias do poder ditatorial na configuração do mercado do livro. Abre-se, assim, caminho à compreensão da edição como história contínua de imposição e resistência (Raven, 2001), dimensão de particular acuidade no complexo interpretativo dos mundos da edição com actividade enquadrada em regimes autoritários, como aquele em que funcionou o sector português no decurso do Estado Novo.

EDITORES E ESTADO NOVO: ENTRE CONFRONTO E COLABORAÇÃO NÃO AQUIESCENTE

Na sua formulação básica, parecem aplicar-se ao campo da edição em Portugal, entre finais da década de 30 e o termo da década de 60, as três características descritas por Lewis Coser (1975) como capazes de tecer a narrativa do espaço editorial norte-americano dos anos 70. Ironia conceptual, o esqueleto formado por este conjunto de traços adequa-se apropriadamente à interpretação do caso português enquanto abstracção. Tente-se o exercício. O primeiro elemento estrutural reporta-se à ausência de centralização ou planificação da indústria editorial (com origem estatal ou privada de tipo oligopolista), dispersa numa miríade de entidades de média, mas essencialmente pequena e muito pequena dimensão, característica que confere à edição portuguesa um dinamismo específico de criação, morte e reanimação de editoras. Um outro traço prende-se com o facto de, à excepção, talvez, do espaço do antigo bloco socialista, a não dependência genérica dos editores de uma subsidiação pública expor a sua produção à volubilidade do mercado e dos gostos e opções dos leitores, de grande imprevisibilidade. No caso português há mesmo casas — avultando o exemplo das Publicações Europa-América — que articulam a expressão reiterada de independência financeira das ajudas do Estado com uma declaração de inequívoca insubmissão estética e ideológica aos intentos do regime. Decorre deste segundo atributo a constituição rebarbativa de um discurso de crise que se eterniza até à sua estruturalização. O terceiro pressuposto traduz-se na prevalência da dimensão artesanal sobre uma organização empresarial moderna, sendo a paisagem editorial portuguesa nas décadas analisadas povoada por empresas nas quais

a personalização da gestão, a baixa segmentação e a reduzida especialização interna constituem aspectos nucleares. A aura em que frequentemente se inscreve o trabalho do editor, se bem que não corresponda ao exacto perfil da idade dourada do espaço anglo-saxónico dos anos 20 e 30, nem ao dos capitães da indústria franceses de Oitocentos, permanece como consequência da ligação sistémica dos três traços assinalados, definindo-se, ainda no começo dos anos 70, a pertença ao mundo editorial como uma pertença a um “clube de cavalheiros” formado de maneira maioritária, mas não exclusiva, por agentes com interesses predominantemente culturais.

Neste contexto, produz-se e reproduz-se uma classe ciosa do seu papel na construção intelectual do país e disposta a práticas de autonomia compagináveis com esse posicionamento representacional. O reconhecimento da sua dimensão prescritiva e mediadora no estabelecimento de uma ordem particular do livro (Chartier, 1997; Medeiros, 2006) acaba por acarretar um comportamento particular relativamente a fontes de poder interpretadas frequentemente como anticulturais. Daí a tendência hegemónica para a adopção, por parte dos editores portugueses, de uma relação de distanciamento ou de frieza com o regime, quando não de oposição militante, constituindo este um dado fundamental para se compreender a edição em Portugal no período do Estado Novo. Mais ou menos estruturado ideologicamente, o posicionamento de grande parte das instâncias editoriais parece traduzir uma espécie de consciência de missão adstrita ao ofício de editar, o que, em conjugação com a relativa exiguidade e estabilidade de um universo editorial acanhado e familiar, contribuiu para desenvolver a imagem do editor como alguém cuja acção se pautava por um princípio de apostolado, no qual a cultura surgia como bem primordial a defender. O comércio tende a ser relegado para um lugar menor, embora não ausente do discurso.

A distância ou neutralidade relativamente ao Estado durante o período observado não se estearam necessariamente numa afirmação de raiz política. De costas maioritariamente voltadas para os atributos políticos e institucionais do regime, com quem mantinham frequentemente uma relação de não anuência ou de confronto, os editores muito dificilmente se mobilizariam para endereçarem de maneira sistemática e deliberada o feixe de reivindicações à intervenção salvífica ou correctora do Estado, missão que, de resto, os poderes públicos não reservaram para si. Não deixou de haver, é certo, entendimentos e relações entre a edição e o regime, restritos, quase sempre, aos planos do livro escolar único e à realização de certames, como a Feira do Livro. Mas não houve muito mais do que isto. Neste domínio, foi a actuação do GNEL que se assumiu como instrumento catalisador na interacção institucional entre os órgãos de poder e o sector da edição, dissipando o conflito e outorgando um carácter relativamente pacificado ao relacionamento entre as partes.

Em termos globais, não é possível, portanto, afirmar que tenha havido adesão editorial aos princípios do Estado Novo, incapaz de aglutinar corporativamente os editores num apoio claro ao poder e às suas iniciativas. Com efeito, “os agentes do campo tinham, de um ponto de vista geral, bastante dificuldade em encontrar plataformas de encontro e cooperação com os poderes públicos” (Medeiros, 2005, p. 135). A proposição rigorosamente contrária é, contudo, igualmente difícil de sustentar. Mesmo sem ratificação dos pressupostos ditatoriais, um número razoável de editoras seguiu uma linha da neutralidade, conformando a sua actuação à prudência de estilo ou de conteúdo. A título ilustrativo, a referida possibilidade de singrar no universo do livro escolar, fulcro da actividade de um conjunto considerável de editoriais, implicaria não apenas a óbvia participação no esquema estatal de fornecimento de manuais e, portanto, a condescendência com o sistema de livro único, como, inclusive, a eclosão de disputas entre colegas nos concursos de adjudicação.

A INTEGRAÇÃO ORGÂNICA COMO INSTRUMENTO INSTITUCIONAL DE AUTONOMIA

A cultura constituída tipograficamente emerge então como universo fugidio às imposições de cartilha do Estado Novo, mau grado as tentativas de concertação com o poder, que por vezes ocorreram. O campo editorial do livro oferece-se como *locus* em constante reelaboração, nele se jogando as permanentes rupturas e aproximações entre práticas, discursos e posições na organização da cultura escrita e dos saberes, estéticas e representações que supõe (Curto, 2007b). Parte central no desarrumado universo de instituições e agentes de que é constituído um dado espaço social, a edição é, com o seu cortejo de personagens e o seu breviário de acções, tanto em sociedades abertas como em sistemas governativos autoritários, um dos indicadores mais relevantes de dinamismo político-ideológico. O desdém generalizado dos editores portugueses pelos ditames que o poder buscava vulgarizar força ao “reconhecimento da cultura não como algo uniforme ou imposto de cima mas [...] [como] fracturado, local e carregado de oposições e tensões” (Hall, 1996, p. 5).

Paradigma desta aparente contradição é o processo de institucionalização do GNEL. Em termos associativos, o grémio que vai enquadrar organizacionalmente a edição e os seus destinos até ao 25 de Abril encontra as suas raízes no ano de 1923 com a criação da subsecção de livreiros da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Consubstanciando a aspiração de que “a associação não deveria viver nas subsecções de outros organismos económicos, devendo viver exclusivamente, independentemente, sem outra

ingerência que não seja a de seus componentes, os livreiros” (ACLP, 1928b, p. 4), quatro anos mais tarde consuma-se a desvinculação, formando-se em 23 de Julho de 1927 uma associação diferente, cujos horizontes se alargam a uma estrutura de carácter nacional (ACLP, 1928a). Nasce a Associação de Classe dos Livreiros de Portugal (ACLP), persistindo o designativo “livreiros” na nomeação dos oficiais dos misteres ligados à edição e comercialização do livro, grupo necessariamente heterogéneo. A iniciativa da ACLP que maiores repercussões terá tido, chegando à actualidade, e que constitui porventura o acontecimento mais reconhecido promovido colectivamente pelos editores, foi a Feira do Livro, que passou rapidamente a ser o grande tema de conversa e discussão no seio da Associação. Iniciada em 1930, a realização anual da feira encontra a sua génese provável numa sugestão que o almirante Augusto Osório teria feito à ACLP. Consistia o alvitre em levar a efeito uma “semana do livro”, à semelhança do que havia visto em Madrid, onde visitara uma exposição deste género. Em 1931, o Rossio de Lisboa e a Praça da Liberdade do Porto são o pano de fundo das primeiras edições organizadas pela associação do sector, certames realizados ainda a título experimental (Moura, 1997, pp. 47-49). O sucesso da iniciativa foi rápido, com o número de participantes a crescer, tendo as feiras do livro depressa assumido o lugar cimeiro das produções regulares de editores e livreiros, realizadas sempre sob os auspícios associativos.

Entretanto, em 1933, mais precisamente a 9 de Maio, António de Oliveira Salazar assina um alvará em que se aprovam novos estatutos, emergindo a recém-nomeada Associação de Classe dos Editores e Livreiros de Portugal (ACELP). Nesse mesmo ano, o plebiscito constitucional e a institucionalização do Estado Novo configuram jurídica e politicamente a moldura que permite a instauração de um Estado forte, favorecedor da aniquilação das liberdades individuais e da sedimentação de um regime policial, pautado pela regência suprema dos valores nacionais definidos superiormente e pela construção de um “Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade” (Salazar, 1935, p. 85). Subentendia-se um fundamento orientador proveniente do ideal corporativo e da recusa do demoliberalismo: o intervencionismo económico e social.

Na direcção da ACELP cedo se começou a discutir o rumo a tomar. Face às alterações que o país sofreu no sentido de o transformar num Estado corporativo, a escolha maioritária foi a da adesão voluntária aos princípios do Estado Novo no que se referia ao ordenamento jurídico-administrativo das relações entre os vários grupos e sectores socioprofissionais. Fernando Guedes (2005, p. 109) refere a oposição inicial a este desígnio por parte de um conjunto de importantes editores e livreiros, entre os quais os representantes da Livraria Bertrand, da Augusto Sá da Costa, da Editorial Enciclopédia ou da A. M. Teixeira e C.^a, Filhos, que acabariam, contudo, por desem-

penhar cargos de relevo nos corpos sociais do futuro grémio. Das diligências feitas para a conversão da ACELP em grémio resultou o alvará de 13 de Junho de 1939, que aprovava os primeiros estatutos do GNEL. O documento materializava a entrada associativa dos editores no sistema de regulação desejado por Salazar, constituindo-se em “organismo corporativo sob o regime do Decreto-Lei n.º 24 715, de 3 de Dezembro de 1934” (GNEL, 1939, artigo 2.º), estruturado em função de regras codificadas e obedecendo a um interesse considerado mais vasto, o da coordenação da vida económica num clima normativo de anulação do conflito entre classes. A adopção das normas do jogo estabelecidas pelo Estado Novo retirava formalmente ao GNEL autonomia de acção e cerceava ao grupo a independência na definição de problemas e estratégias de resolução ajustadas aos seus interesses específicos de classe (ou classes), doravante submetidos ao controlo exercido pelo governo.

Por que terão então querido os editores (e os livreiros) integrar organicamente a organização corporativa de Salazar? Por que o terão feito de imediato, logo que as condições propiciadas pela legislação o permitiram? Estas questões impõem-se, atendendo a que a adesão ao sistema corporativo deixava as empresas do sector reféns da ingerência do Estado, já que os grémios eram “todos eles sujeitos às homologações e ameaçados pelas suspensões, demissões e dissoluções” (Lucena, 1999, p. 130), situação esta que era agravada por uma série de proibições, como a de se federarem interna ou externamente sem o aval do poder. Os grémios facultativos, como era o caso do GNEL, conheceram uma “liberdade maior do que a dos obrigatórios, mas bem menor do que a das velhas associações” (Lucena, 1976, p. 272). Ficaram, desse ponto de vista, a perder. Não se defende que a decisão imediata tomada pelos editores no sentido da integração no modelo de coordenação económica e social tão acarinhado pelo presidente do Conselho se tenha constituído num factor de rigidez e de um certo bloqueio ao desenvolvimento do sector, perdedores face à arremetida burocrática e enclausurante. Semelhante fim terão conhecido outras actividades, nomeadamente as industriais e as agrícolas (Rosas, 1994).

A realidade complexa do comércio editorial, específica nos seus contornos e particular nos seus agentes, caldeia-se desde logo no contexto de uma política para o livro e para a edição que, como se viu, nunca chegou realmente a existir nos consulados de Salazar ou de Marcelo Caetano, nem mesmo nos anos mais activos da *política do espírito* de António Ferro, para lá dos indicadores repressivos do regime. Paradoxalmente, ou talvez não, é de salientar o arremedo de vitalidade que o GNEL conheceu nos anos subsequentes à sua instituição, mercê de uma boa relação, dir-se-ia privilegiada, de elementos da sua direcção com o poder. Refira-se que o dinamismo que nos primeiros tempos se imprimiu à recriada instituição foi erigido a partir

de dois vectores. O primeiro foi o da colaboração com o regime no que competia à política cultural e à concretização de actividades conjuntas, de que são ilustração a proposta que António Ferro, através do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), fez em 1941 ao GNEL para a criação no Rio de Janeiro da Casa do Livro Português e o patrocínio oficial para a realização de “uma grande Exposição do Livro Português” (*Livros de Portugal*, n.º 10, 1941, p. 24), por iniciativa da casa de edição e livraria Livros de Portugal. Um outro caso traduz-se no “incondicional concurso” que o GNEL prestou à Festa do Livro e da Leitura, promovida pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, nomeadamente nas seguintes actividades: “*Concurso da estante popular, Conferência sobre os primeiros livreiros de Lisboa e Festival na “Sociedade de Geografia”*” (GNEL, RC 1942, p. 6, itálico no original). O segundo vector em que se evidencia a revigorada acção do GNEL relacionou-se com a execução, a nível interno, de propostas novas. Por exemplo, em 1940 lança-se a ideia de editar um boletim literário e bibliográfico, que deu origem à publicação *Livros de Portugal*, e em 1943 anuncia-se a intenção de levar a cabo o primeiro curso para empregados de livraria (*Livros de Portugal*, n.º 13, 1943, p. 36). Parca articulação para um lapso de quatro anos, apesar de algum entusiasmo inicial. Entusiasmo que não isentava, nas palavras dos próprios dirigentes gremiais, os actores do sector da assunção de responsabilidades pelo andamento da indústria. O primeiro número de *Livros de Portugal*, datado do mês de Novembro de 1940, abre com um texto intitulado “Um programa”, onde é possível ler a seguinte passagem: “assente que está — dito e redito — que o problema português é um problema de falta de cultura, parece-nos de elementar lógica e patriótico imperativo do mais puro nacionalismo enfrentá-lo com ânimo — dentro dos limites que estão reservados a este **grémio** — abandonando de vez certos paliativos traduzidos em frases mais ou menos sonoras, cantando as glórias do passado, quando vivemos o presente e temos como dever inalienável preparar o futuro ‘[...] O problema’ está, portanto, em tornar acessível a todas as pessoas os benefícios da cultura, pela criação de centros de desenvolvimento intelectual, pelas bibliotecas públicas, conferências, *revistas de propaganda e divulgação...*” (*Livros de Portugal*, n.º 1, 1940, p. 1, negro e itálico no original). A função reguladora do mercado nunca se chega a manifestar explicitamente nos pressupostos declarados, sinal, talvez, de uma lúcida noção da futilidade da sua enunciação face a quem nesse domínio possuiria um poder efectivo: o Estado. Pela mesma razão, as eventuais possibilidades de pressão, que abstractamente se descortinam nos papéis atribuíveis às associações na defesa dos interesses dos seus membros, não são elementos óbvios no discurso do GNEL. Na dimensão de protecção dos objectivos grupais junto das instâncias decisoras há, quando muito, apenas um ou outro caso em que as aspirações veiculadas associativamente têm algum acolhimento.

A urgência da transmutação organizativa terá representado não uma metamorfose colectiva de anuência ao corporativismo, ou uma estratégia de antecipação pela comunidade de produtores e difusores do livro de significativas vantagens políticas, imediatamente convertíveis em proveitos económicos, mas antes um passo determinado de afirmação associativa, descortinado sem ambiguidades por um sector que nunca ratificou, enquanto tal, os desideratos oriundos das oligarquias instaladas no poder. Afigura-se de modo inequívoco, no entanto, que o elemento individual caucionou uma facilitação do processo de passagem jurídica de associação a grémio, por via das sociabilidades e das simpatias políticas. Em Janeiro de 1940 toma posse a primeira direcção eleita do GNEL, presidida por António Maria Pereira, em representação da parceria António Maria Pereira. Adepto, desde a primeira hora, do ideário e da figura de Salazar¹, o presidente mantém-se no cargo até 1957. É durante o exercício do seu longo mandato que as relações institucionais com o poder se normalizam, pelo menos do ponto de vista associativo.

É fundamentalmente a partir desta altura que figuras gradas da estrutura hierárquica civil, militar e religiosa passam a frequentar anualmente as feiras do livro. Altos dignitários do regime, incluindo o chefe de Estado, compareceram assídua e repetidamente ao longo dos anos, tanto em Lisboa como no Porto. Até ao desfecho do regime autoritário terão sido muito poucas as feiras do livro que não contaram com a presença oficial de Carmona, Craveiro Lopes ou Américo Tomás. Num outro plano, igualmente significativo, avolumam-se nas páginas do boletim do Grémio as referências encomiásticas ao chefe do governo, através de citações — não se regateando, inclusive, espaço para aforismos de Salazar retirados como ensinamentos —, ou pelo recurso ao editorial, em que pontualmente se lêem palavras laudatórias dirigidas ao presidente do Conselho. Esta situação é, aliás, corrente até ao n.º 101, de Janeiro de 1957, ano terminal da primeira série de *Livros de Portugal*. A usual presença de alocuções de Salazar na publicação associativa dos editores é sinal inequívoco das mencionadas inclinações do seu director, António Maria Pereira. Não traduz, evidentemente, a posição de parte substancial dos agremiados, para não dizer da sua larga maioria. Mas é tolerada. É também portadora de um capital de simpatia do regime para com a estrutura gremial. Numa primeira fase da vida do GNEL, mais uma vez durante os mandatos de António Maria Pereira, não é difícil encontrar nas páginas do seu boletim editoriais, notícias ou peças mais longas em que se incensam iniciativas do regime para o sector do livro, como os prémios

¹ Segundo testemunho da filha, o terceiro António Maria Pereira, neto do fundador da editora, foi um dos aderentes mais convictos do Movimento de 28 de Maio de 1926 e um dos salazaristas “mais puros que esse regime conheceu” (Pereira, 1998, p. 138).

literários do SPN. A partir da nova série do boletim, iniciada em Janeiro de 1959, já com Luís Borges de Castro como director, António Alçada Baptista (eleito tesoureiro da direcção) como editor e Augusto de Macedo Sá da Costa (eleito secretário da direcção), Francisco Lyon de Castro e Manuel da Costa Correia como redactores, as referências panegíricas a Salazar e ao Estado Novo desaparecem. Mas é nos primeiros anos em que se publica o relatório de actividades e as contas da direcção do GNEL que a apologia da situação e do seu líder atinge limites de adulação quase paroxísticos. Para uma ilustração deste registo vejam-se dois exemplos. Em 1941 asseverava a direcção que a “nossa Fé nos destinos do Grémio e do Corporativismo continua inabalável”, adiantando que “mais do que nunca se impõe a mais estreita disciplina corporativa em volta do Estado Novo e dos seus dirigentes” (GNEL, RC, 1940, p. 11). No ano seguinte, o tom é quase espiritual, encorajando uma atitude próxima do recolhimento “para que nos concentremos em silêncio em agradecimento à Providência por ter confiado os destinos de Portugal ao Estadista símbolo da Paz e da bondosa alma portuguesa” (GNEL, RC, 1941, p. 11). Os anos imediatamente subsequentes à Segunda Guerra Mundial verão extirpadas do documento as referências hagiográficas aos dirigentes do Estado Novo. Mas as notas de cordialidade em relação à Direcção dos Serviços de Censura e ao Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, mais tarde Secretaria de Estado da Informação e do Turismo, são uma constante do primeiro até quase ao último relatório, embora percorram um caminho que vai do agradecimento penhorado até à simples alusão a um relacionamento pacífico, sobretudo a partir de 1970.

As associações, nomeadamente as que representam os interesses de um ofício, constituem unidades de análise autónomas, aparecendo na dinâmica social dos grupos a que respeitam como entidades distintas dos seus membros (Vincent, 2001). Assumir semelhante proposição não é, no entanto, observar uma associação como uma realidade independente dos membros que a formam em termos de uma suposta arquitectura desligada do pensamento e dos propósitos desses membros, mas tão-só perceber que os contornos particulares da sua intervenção não podem ser redutíveis à analogia com qualquer daqueles que colectivamente representa. Isto é, não se considera a associação um actor individual com o exacto estatuto analítico dos actores que a constituem e nele se acham enquadrados (Douglas, 1987). Tomando como ponto de partida a participação das associações de carácter profissional na génese e disseminação de uma concepção do mundo, seja esta fragmentária ou panorâmica em termos da área específica de interesses que recobre, o elemento associativo prepondera como catalisador e irradiador de interesses preexistentes, modificados pela sua intervenção (Althusser, 1982; Olson, 1998). As associações de tipo profissional não funcionam, por

isso, como meros retransmissores das posições e aspirações dos seus membros, procedendo antes a adaptações, transposições e até exclusões numa esfera autónoma de actividade. Neste sentido, criam “a sua própria ‘tomada de posição’ ideológica, nem sempre assimilável à dos seus membros” (Vincent, 2001, p. 545), estabelecendo-se deste modo como eventuais ou efectivos entrepostos de mediação entre espaços sociais, como o editorial, o literário e o político.

É justamente este reduto posicional de mediação que determina o tipo de relacionamento que a associação profissional dos editores e livreiros estabelece com o Estado Novo. O facto de possuírem uma existência colectiva discernível como autónoma pode explicar em grande medida a aparente contradição entre as tomadas de posição dos agentes individuais da edição globalmente considerados, de recusa ou indiferença face às instâncias públicas, e a vivaz anuência do GNEL às mesmas instâncias, pelo menos no período inicial da sua integração formal no sistema corporativo. Com o decorrer do tempo foi-se produzindo uma relação morna e quase sempre pacífica, sem posicionamentos por parte do Grémio que afrontassem o poder nem favorecessem a intromissão deste na vida colectiva e institucional dos editores. Tal não significou que os agentes individuais do sector se tenham submetido a uma prestação de vassalagem ao Estado Novo, aos seus agentes e às suas pretensões editoriais. De modo análogo, o poder não abriu mão da faculdade de ingerência institucional, intervindo directa e imediatamente nos destinos do GNEL. Fê-lo capciosamente em 1964, na primeira circunstância que poderia ter representado uma ruptura no cordato sossego em que se haviam transformado as relações entre o Estado e a estrutura gremial, recusando-se a homologar os resultados da eleição dos corpos gerentes em assembleia geral de 31 de Janeiro, ganha pela lista encabeçada por António Alçada Baptista e de que faziam também parte Rogério Moura, Augusto Petrony, Augusto Sá da Costa, António José Barreto e Manuel de Oliveira, os três últimos como suplentes. A decisão, a coberto do artigo 63.º dos estatutos, segundo o qual as “eleições de órgãos administrativos [...] carecem da sanção do ministro das Corporações e Providência Social” (GNEL, 1957), constituiu uma mensagem clara de que o regime não conteria com direcções cuja maioria dos membros fosse conotada com a oposição. Durante cinco anos o corpo directivo do GNEL via-se arremessado para um limbo jurídico e administrativo, causador de enormes dificuldades à acção directiva. Luís Borges de Castro, o presidente em exercício, manteve-se à proa do colectivo institucional até novas eleições, que vieram a ocorrer em 1969. Na sequência da acesa disputa que então teve lugar entre as duas listas concorrentes, facto inédito e que não se viria a repetir na história do GNEL, a lista encabeçada por Fernando Guedes (presidente), Luiz Forjaz Trigueiros (secretário) e Eduardo Rodrigues Ferreira (tesoureiro)

impôs-se à de Alçada Baptista (que, excluindo Augusto Petrony, replicava a de 1964), tomando posse a 2 de Setembro. Estava restabelecida a normalidade institucional.

Excluindo este caso, é possível afirmar que o fosso entre os editores e o regime é atenuado pela actuação do GNEL, em termos da intensidade de conflito potencial entre as duas partes tomadas globalmente. O aparecimento de um actor com foros de representatividade e que interage com o poder político de maneira própria e diversa dos que representa produziu uma acção cujo efeito mais eficaz terá sido a dissipação de radicalizações e de antagonismos latentes. De certo modo, é possível afirmar que uma parcela expressiva das relações entretecidas entre os mundos sociais da edição e da administração é privilegiadamente mediada no canal formal pelo GNEL. No mosaico do mundo editorial, o GNEL inscreve-se num duplo processo social de incidência política: de dispositivo orgânico de adesão transmuta-se em instrumento de autonomia.

A DÉBIL INSERÇÃO INTERNACIONAL: O EXEMPLO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE EDITORES

Quanto a outra dimensão da vida editorial, a da inserção portuguesa em termos institucionais no meio internacional do sector, que acontece tardiamente, o Grémio parece retardar uma atitude interventiva. A responsabilidade desta ausência internacional só muito parcelarmente é atribuível à acção restritiva das instâncias políticas no poder, o que sugere, também neste ponto, uma relação entre o Estado Novo e a edição menos linear do que algumas posições correntes (incluindo as de diversas personalidades com assento no campo editorial) vão fazendo crer. A ténue projecção, no plano associativo, da edição portuguesa no contexto internacional percebe-se, entre outros indicadores, pelo grau de implicação no Congresso Internacional dos Editores (mais tarde União Internacional de Editores — UIE), que, até bem avançado o século XX, não existiu. Realidade bem diversa ocorria na vizinha Espanha, com uma tradição bem vincada de participação neste areópago desde o Congresso de Bruxelas, de 1897 (Guedes, 2001, pp. 117-180; Loué, 2001). O nexa entre o controlo estatal e a necessidade superior de abonação² é insuficiente como factor explicativo. Franco, regressando ao exemplo

² Consagrada estatutariamente logo no artigo 3.º: “O Grémio exerce a sua acção exclusivamente no plano nacional e no respeito absoluto dos interesses da Nação, sendo-lhe por isso proibida a filiação em quaisquer organizações de carácter internacional e a representação em congressos ou manifestações internacionais, sem prévia autorização do Governo” (GNEL, 1942).

espanhol, apertava bem mais o cerco, o que não impediu que Barcelona fosse a cidade anfitriã do 16.º Congresso, realizado em 1962. A circulação de ideias na comunidade editorial a partir do elemento institucional e a sua penetração nos fóruns externos enfrentavam um espartilho só parcelarmente radicado na veia censória do regime. Mesmo em Portugal, e com organização portuguesa, não se concretizam nem durante todo o período ditatorial nem mesmo bastante tempo após o seu termo quaisquer congressos ou encontros colectivos de editores (ou livreiros), com excepção do I Encontro de Editores e Livreiros, decorrido em 14 e 15 de Abril de 1973, no quadro da Filgráfica, em que participaram 199 profissionais. Reconhecendo-se a relevância dos encontros formais como etapas de institucionalização e afirmação colectiva decisivas na aferição da maturidade profissional e da sedimentação organizativa de um grupo e do seu trajecto, a situação portuguesa neste aspecto concreto — bastante diversa da que ocorreu noutras realidades nacionais, inclusive de um país lusófono, como foi o caso do Brasil, em que o I Congresso de Editores e Livreiros Brasileiros se realiza em 1948 (Câmara Brasileira do Livro, 1950) —, demonstra com eloquência as fragilidades do universo do livro no respeitante à acção colectiva dos seus agentes, nomeadamente dos editores, e ao subdesenvolvimento do próprio mercado.

Só em 1954 se consuma a inscrição do Grémio na UIE, passando Portugal à condição oficial de membro em 1956. A anunciada representação portuguesa no congresso desse ano, em Florença, acabará por não se verificar, “apesar de insistentes convites” (*Livros de Portugal*, n.º 99, 1956, p. 15). Um lustro depois, em editorial de *Livros de Portugal* (n.º 25, 1961, p. 1), alude-se à necessidade de uma representação portuguesa no 16.º Congresso da UIE. Mais se refere a possibilidade e a premência de uma posição conjunta das representações portuguesa e brasileira sobre muitos dos temas a tratar, tomada mediante encontro prévio, que se sugere aconteça em Lisboa. Opinião semelhante é defendida no relatório anual de actividades relativo ao ano de 1960. “Pensa esta Direcção que a importância do movimento editorial português torna indispensável a presença efectiva de uma representação de editores e livreiros portugueses no próximo Congresso da União Internacional de Editores, a efectuar em 1962, na cidade de Barcelona” (GNEL, RC, 1960, p. 16). Malograda a tentativa de deslocação de uma delegação oficial portuguesa, exortam-se os editores a participarem a título particular (*Livros de Portugal*, n.º 39, 1962, p. 1). Francisco Lyon de Castro, fundador das Publicações Europa-América, e durante anos solitário na sua inclinação de itinerância internacional, é o único editor português no certame, onde faz uma corajosa alocação, que ficou célebre, acerca das condições de opressão e censura a que estavam sujeitos aqueles que se dedicavam ao livro em Portugal. O mesmo sucedeu no congresso seguinte,

realizado em Washington em 1965, onde volta a fazer vigorosa denúncia das circunstâncias em que publicava o editor português. A presença de outros editores portugueses nos congressos da UIE verifica-se apenas no 18.º encontro, decorrido em Amsterdão em 1968.

Embora o boletim *Livros de Portugal* não publique quaisquer palavras alusivas ao episódio da intervenção do editor português no Congresso de Barcelona, o discurso oficial do GNEL não é, contudo, o do mutismo rigoroso. No relatório de contas desse ano, documento de circulação praticamente restrita aos agremiados, a direcção do GNEL assegura ter solicitado “ao agremiado Senhor Francisco Lyon de Castro que, aproveitando a sua situação de congressista, não deixasse de fazer ouvir a voz dos editores portugueses no congresso se para tal tivesse oportunidade. A fim de preparar as intervenções possíveis daquele agremiado, a direcção coligiu os elementos necessários ao esclarecimento de certas realidades da vida editorial portuguesa que tinham ficado obscuras nos relatórios publicados antes do Congresso. A Direcção convocou ainda para uma reunião que se efectuou na sede do Grémio todos os editores portugueses que se encontravam inscritos como congressistas, a fim de trocar com eles impressões sobre possíveis intervenções em Barcelona. No decurso do Congresso, o nosso colega Senhor Francisco Lyon de Castro teve ocasião de, numa brilhante intervenção que foi largamente referida na imprensa estrangeira, apresentar os esclarecimentos necessários relativamente aos pontos em que os relatórios apresentados ao Congresso se referiam a Portugal. Finalmente e para referendar devida e imediatamente a intervenção do Senhor Francisco Lyon de Castro, a Direcção oficiou ao Secretário do Congresso, confirmando os esclarecimentos prestados pelo Senhor Lyon de Castro, e com vista à referência aos mesmos no relatório final do Congresso” (GNEL, RC, 1962, pp. 16-17).

Confronte-se a citação com o testemunho do próprio editor. “Sucedeu que, na ocasião, constatei que o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros havia prestado àquela União Internacional de Editores informações completamente inexactas sobre o regime e a situação da actividade editorial em Portugal, por forma a transmitir a ideia de que esta actividade não estava sujeita aos condicionalismos da censura. Digamos que o meu discurso [...] desmontou por completo a falsa imagem que o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros procurava transmitir ao congresso. O meu discurso constituiu uma clara denúncia da situação em que vivíamos em Portugal” (Castro, 1999, p. 534). A discrepância entre estas duas versões remete para um mesmo ponto-chave: a realidade do mercado editorial português passa, na sua relação com os poderes públicos, a ser menos obscura aos homólogos internacionais. Lyon de Castro só viria a pagar a factura do atrevimento quando reincidiu, em Junho de 1965, no Congresso de Washington: “dessa vez, pouco tempo depois do meu regresso a Portugal, a sede da Europa-

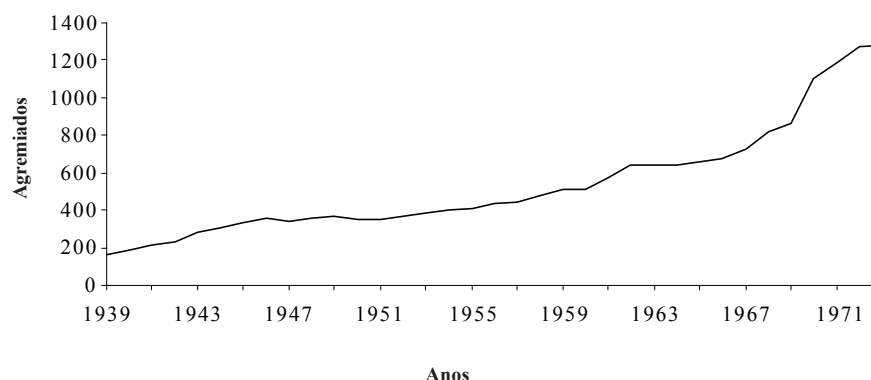
-América foi assaltada pela polícia política, a PIDE, que apreendeu então 73 000 livros que lá se encontravam!” (Castro, 1999, p. 535).

DENTRO E FORA DA ESFERA CULTURAL: REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E RELAÇÃO COM OS PODERES PÚBLICOS

Apesar da expressiva ampliação dos contingentes profissionais com actividade no sector do livro (gráfico n.º 1), não será ainda entre o fim dos anos 30 e o despontar dos anos 70 que os editores se reagrupam institucionalmente no decurso de um processo de desenvolvimento de uma consciência social do seu papel e estatuto — separado, por exemplo, do dos livreiros. Sem uma revolução assinalável no âmbito produtivo, indispensável a uma

Evolução do número de agremiados no GNEL

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: GNEL, *Relatório e Contas*, 1940-1973.

mudança industrial, as modificações que paulatinamente ocorreram no campo da edição não a desamarram de procedimentos tipicamente artesanais. Se a adopção de um conjunto de práticas conducentes à aquisição de um exercício visto progressivamente como profissional se inicia bem antes do surgimento do GNEL, o aparecimento do Grémio não resulta de um clima conflitual em que os editores tenham cerrado fileiras em torno de objectivos emergentes e de um sentimento colectivamente interpretado como derivado de um contexto de ameaça. A transformação da ACELP em GNEL não tem lugar num ambiente crispado, ou de súbita tomada de consciência por parte dos editores do seu estatuto de classe em profissionalização crescente, que justificasse a edificação de dispositivos potentes e efectivos de socialização e representação do grupo. O GNEL não é, nessa medida, fruto de uma

reação ou recomposição da comunidade face a um ambiente adverso. Não se descortina um caderno reivindicativo estruturado e original, resultante de uma necessidade indubitável de forte regulamentação do mercado do livro. A própria comunidade acabou por nunca transferir verdadeiramente para o GNEL as suas aspirações, sobretudo no que elas possuíam de posicionamento autónomo face a uma interpretação elaborada por cada editor do papel consignado à actividade de editar.

A não ser na componente tácita de “não agressão”, crucial, embora não exclusiva, o GNEL não terá funcionado — não podia — como representante dos interesses da edição perante actores como o Estado. Assumindo apenas pontualmente uma discordância em relação às políticas imputadas ao poder nas áreas de intervenção da cultura impressa, a agenda e a prática institucional do Grémio obedeceram a um programa de prudência e evitamento da confrontação. Assim, mascarava-se e embotava-se um complexo de acções disciplinadoras a que estavam sujeitos os editores, sendo justamente este o ponto em que residia a maior parte dos descontentamentos e em que se atentava contra os interesses dos agentes do livro. Dos referidos momentos de desacordo destacam-se dois. O primeiro materializa-se em finais da década de 40, num contexto de representação de crise do livro, eufemisticamente designada por “problema do livro”. A comissão designada em assembleia geral do Grémio para emitir parecer fundamentado sobre o premente problema considerou que o “condicionalismo legal da edição portuguesa não favorece o desenvolvimento no público da confiança na produção nacional” (GNEL, 1948, p. 5). A arguta remissão para o policiamento do livro é retomada mais abertamente na 12.ª medida propugnada no ponto VII, “A posição do Estado em face do problema do livro”, em que se defende uma revisão e uniformização da legislação relativa à censura, propondo-se, nomeadamente (GNEL, 1948, p. 15):

- “a) Que seja claramente determinado o condicionalismo da Censura;
- b) Que a Censura seja atenuada de modo a alargar as possibilidades de edição em Portugal e a permitir uma mais larga difusão da imprensa e da bibliografia estrangeira [...];
- c) Que o editor, livreiro ou distribuidor sejam indemnizados pelos prejuízos que lhes são causados quando um livro ou publicação tendo sido submetidos à Censura prévia e autorizados, sejam depois proibidos ou apreendidos.”

O segundo momento em que surge uma nova polémica com chancela gremial ocorreu precisamente um quartel após o primeiro documento. Das conclusões do I Encontro de Editores e Livreiros, decorrido em 14 e 15 de Abril de 1973, salientam-se duas no que se refere ao tema do “regime legal

do livro”. Na primeira, os “participantes verificaram, com inquietação, que o actual regime legal do livro em Portugal é de molde a criar embaraços à produção editorial e ao comércio livreiro, pelas peias burocráticas e, sobretudo, administrativas a que os sujeita” (GNEL, 1973, p. 2). À pouco subtil análise crítica da ausência de liberdade de publicar e vender, aduz-se uma provável insinuação sobre as dificuldades que, ao longo de anos de penosa relação com os serviços públicos, o comércio editorial foi sentindo no âmbito das exportações para as colónias, sujeitas a taxas e fretes pouco comportáveis e a obstáculos no pagamento e transferências bancárias e na devolução de pacotes de livros não vendidos. Conclui-se, igualmente, que a “apreensão de livros, nos termos em que continua a processar-se, impõe uma atitude de particular atenção por parte do Grémio, que deverá velar no sentido de prevenir os livreiros logo que tome conhecimento das proibições. Deve ainda todo e qualquer livreiro a quem seja apreendida qualquer obra comunicá-lo imediatamente ao Grémio” (GNEL, 1973, p. 2). Distante já dos pressupostos do seu primeiro presidente, o GNEL produz uma declaração em que, a pretexto de zelar pela legalidade, se subentende a proclamação de uma solidariedade entre colegas, cuja confirmação e consolidação se advogam. A acrescer ao propósito de actuação célere junto das autoridades para resolução de conflitos com os livreiros e mitigação das perdas sofridas, aparece camuflado o desiderato de, em caso de admoestação ou razia de um ou mais agentes livreiros e editoriais, se poder expedir um aviso de prudência profiláctica a todos através da estrutura centralizada do Grémio.

Assumindo um sonolento posicionamento como baluarte dos interesses efectivos de quem se reclamava representar, o GNEL falhou também os seus propósitos institucionais enquanto veículo ideológico eficaz junto desses mesmos representados, a maioria dos quais terá percebido e utilizado a organização como almofada simbólica, preferindo quase sempre uma actividade enquadrada autonomamente. Foi assim nos esforços de internacionalização, prosseguidos num plano particular e frequentemente concretizados de modo isolado. A juntar ao caso referido, há ainda o exemplo da Guimarães Editores, que, em conjunto com sete editores europeus de outros tantos países, participou em 1959 na Feira de Frankfurt, na criação de uma comunidade europeia de editores, EDITEUROPA, apostada em desenvolver as trocas e a produção europeia mediante a publicação simultânea de obras e a instituição de um prémio comum. Um ano depois, na sequência do 2.º Colóquio Internacional da Novela e sob o patrocínio da Editorial Seix Barral de Barcelona, forma-se um directório de editores — que depressa chegará aos 13 membros, entre os quais se encontrava a Editora Arcádia — que institui dois prémios, o “Prémio Internacional dos Editores” e o “Prémio Formentor”, repetindo-se com este o princípio de concomitância da edição da obra galardoada pelos signatários.

Na dimensão iminente cultural, depois de um começo pouco auspicioso e demasiado colado à lógica da ordem político-ideológica dominante, com o lançamento em 1941 do concurso literário “Procura-se um romancista...”³, o GNEL consegue uma iniciativa perdurável e de relevo no meio literário, promovendo o “Prémio Literário Camilo Castelo Branco”. Chegou mesmo a exprimir-se institucionalmente o desejo de que o prémio instituído viesse a obter um impacto semelhante ao que detinha, em França, o Prémio Goncourt (*Livros de Portugal*, n.º 6, 1959, p. 3). Impulsionado pelo livreiro Pedro de Andrade, subscrito por editores e livreiros de várias extracções e instituído conjuntamente com a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), o prémio é entregue anualmente por sete vezes (quadro n.º 1). Em 1961 convocam-se os editores e livreiros a contribuírem para o pecúlio do “Prémio Camilo Castelo Branco” considerado, à altura da sua terceira atribuição, “o mais importante prémio literário português” (*Livros de Portugal*, n.º 29, 1961, p. 1). O montante reunido pelas contribuições e a cifra de contribuintes decaíram em três anos, fazendo perigar a manutenção do prémio, que viverá até ao fim no fio da navalha financeira. A interrupção na sua atribuição ocorre, no entanto, no decurso da extinção da SPE, em 1966. A direcção de Rogério Moura, apostada na recuperação da única iniciativa de êxito na relação material do GNEL com o meio literário, ainda se propõe ressuscitar o prémio, programando o seu reaparecimento para o ano de 1975 (GNEL, RC, 1973, p. 23). A revolução acabaria por definir outras prioridades.

Prémio Literário Camilo Castelo Branco: autores e obras premiadas

[QUADRO N.º 1]

Ano	Autor	Obra
1959	José Rodrigues Miguéis	<i>Léah e Outras Histórias</i>
1960	Vergílio Ferreira	<i>Aparição</i>
1961	Fernanda Botelho	<i>A Gata e a Fábula</i>
1962	Maria Judite de Carvalho	<i>As Palavras Poupadas</i>
1963	Jorge Reis	<i>Matai-vos Uns aos Outros!</i>
1964	José Cardoso Pires	<i>O Hóspede de Job</i>
1965	Isabel da Nóbrega	<i>Viver com os Outros</i>

Fontes: GNEL, *Relatório e Contas e Livros de Portugal*, 1959-1965.

³ De duração efémera, a iniciativa conheceu apenas uma atribuição. O último ponto do seu regulamento provisório expressava textualmente que “não são admitidos temas ou simples referências de apologia contrária à orientação do Estado Novo ou à Religião Cristã, nem tão pouco são admitidos assuntos que ofendam a moral ou os bons costumes” (*Livros de Portugal*, n.º 3, 1941, p. 1).

Indisputado como galardão literário de referência promovido por agentes profissionais do livro, o “Prémio Camilo Castelo Branco” não está desacompanhado, como instrumento de consagração, de carácter concorrencial às tentativas do Estado Novo. As próprias editoriais juntam o seu labor privado aos prémios patrocinados por entidades como a SPE e a Fundação Calouste Gulbenkian. Tal é o caso da Guimarães Editores. Comemorando duas décadas sobre a morte do escritor e editor Delfim Guimarães (fundador da livraria editora), institui, em 1952, dois prémios literários de efêmera duração: o “Prémio Literário Delfim Guimarães”, destinado aos novos romancistas, e o “Prémio Literário António Feijó”, para nova poesia. As Edições Ática promoveram igualmente dois concursos, ambos em 1959: o “Prémio Ática”, para revelação de novos autores, e, em conjunto com a família de Fernando Pessoa, o “Prémio Fernando Pessoa”. É também desta altura o “Prémio José Lins do Rego”, criado pela Livros do Brasil em 1961. As distinções também foram atribuídas por duas editoras em colaboração, merecendo referência a instituição, em 1968, do “Prémio de Novelística Almeida Garrett” pela Portugália Editora e pela debutante Editorial Inova.

O LUGAR DO GRÉMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS

O papel de interlocução pública e privada com as instâncias económicas e administrativas confere então às associações de carácter profissional uma dupla vocação. Se, por um lado, catalisam colectivamente a defesa dos interesses da comunidade que representam, não deixam, por outro, de serem susceptíveis de funcionar como um dispositivo institucional de regulação interna dessa mesma comunidade, intervindo sobre o colectivo como um veículo ideológico. Nem sempre, porém, estas duas faces são equitativamente visíveis, ditando as circunstâncias e as dinâmicas internas o seu peso diferencial em cada momento da sua actividade. Os pressupostos arrolados inviabilizam a perspectivação da prática concreta do GNEL como associação que tivesse, por um lado, exteriorizado ideologicamente o pensamento dos seus membros de forma consistentemente pressionante e, por outro, imposto com algum grau de êxito aos seus agremiados a sua própria representação do mundo (nunca estabelecida, de resto, sem ambivalências nem diluições). Por vontade própria ou por contingência alheia, o GNEL terá permanecido durante as três décadas em análise como um actor convertido ao mutismo, à coexistência pacífica e, em certa medida, indolente e distante da dinâmica associativa internacional. Sobrevivente institucional, o seu trajecto conheceu pontos mais ou menos fugazes de concorrência, de reivindicação, e até mesmo de putativo confronto com o Estado, sucessivamente dissipados no seu potencial desestabilizador e integrados no curso normalizador das relações mantidas com o poder. Talvez por isso, as estruturas políticas desse

mesmo poder e a plêiade de agentes que as representavam nunca tenham optado pela estratégia generalizada de aniquilamento irrecuperável dos editores e das editoriais, sob a alçada formal da capacidade de intervenção, mesmo os mais recalcitrantes na anuência e no consentimento. Por isso, e pela própria natureza e circunstâncias em que se operou a acção dos poderes públicos na edição e noutros domínios culturais (Medeiros, 2007; Melo, 2001; Ó, 1999).

FONTES

PERIÓDICOS

Livros de Portugal (1940 a 1947, 1952 a 1957, 1959 a 1971).

RELATÓRIOS E REGULAMENTOS

ACLP (1928a), *Estatuto da Associação de Classe dos Livreiros*, Lisboa, Tipografia Henrique Torres.

ACLP (1928b), *Relatório dos Trabalhos da Comissão Administrativa de 23 de Julho de 1927 a Julho de 1928*, Lisboa, Associação de Classe dos Livreiros de Portugal.

GNEL (1939), *Estatutos do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

GNEL (1940 a 1973), *Relatório e Contas*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros*.

GNEL (1942), *Estatutos do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

GNEL (1948), *O Problema do Livro. Parecer da Comissão Eleita em 5 de Dezembro de 1947*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

GNEL (1957), *Estatutos do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

GNEL (1973), *Conclusões do I Encontro de Editores e Livreiros*, Lisboa, Grémio Nacional dos Editores e Livreiros.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. (1982), *Positions*, Paris, Éditions Sociales.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (1950), *Primeiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil*, São Paulo, Saraiva.

CASTRO, F. L. DE (1999), “Percurso de um editor”. In C. Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano. Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*, Lisboa, Caminho, pp. 526-544.

CHARTIER, R. (1997), *A Ordem dos Livros*, Lisboa, Vega.

COSER, L. (1975), “Publishers as gatekeepers of ideas”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 421, Setembro, pp. 14-22.

CURTO, D. R. (2007a), “As gentes do livro”. In D. R. Curto, M. Domingos, D. Figueiredo e P. Gonçalves, *As Gentes do Livro. Lisboa, Século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 15-47.

* Os relatórios e contas do GNEL são identificados com a sigla RC nas referências durante o artigo. O ano mencionado em cada referência não é o de publicação, mas aquele a que se reporta a actividade.

- CURTO, D. R. (2007b), *Cultura Escrita: Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- DOUGLAS, M. (1987), *How Institutions Think*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- GUEDES, F. (2001), *O Livro como Tema. História, Cultura, Indústria*, Lisboa, Verbo.
- GUEDES, F. (2005), *Os Livreiros em Portugal e as Suas Associações desde o Século XV até aos Nossos Dias. Subsídios para a Sua História*, Lisboa, Verbo.
- HALL, D. (1996), *Cultures of Print: Essays in the History of the Book*, Amherst, University of Massachusetts Press.
- LOUÉ, T. (2001), “Le Congrès international des éditeurs, 1896-1938. Autour d’une forme de sociabilité professionnelle internationale”. In J. Michon e J.-Y. Mollier (dirs.), *Les mutations du livre et de l’édition dans le monde du XVIII^e siècle à l’an 2000*, Saint-Nicolas e Paris, Presses de l’Université Laval e L’Harmattan, pp. 531-543.
- LUCENA, M. DE (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. 1, *O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- LUCENA, M. DE (1999), “Grémios”. In A. Barreto e M. F. Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa e Porto, Figueirinhas, pp. 125-135.
- MEDEIROS, N. (2005), “Edição e editores nos anos 30 e 40: mercado do livro, acção cultural e tensões”. In A. P. Pita e L. Trindade (coords.), *Transformações do Campo Cultural Português (1900-1950)*, Coimbra, Ariadne e Ceis20, pp. 129-159.
- MEDEIROS, N. (2006), “Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?”. In D. R. Curto (dir.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 343-385.
- MEDEIROS, N. (2007), *Edição e Editores Portugueses. Prescrições, Percursos e Dinâmicas (Décadas de 1940 a 1960)*. Dissertação de mestrado em Sociologia Histórica, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, policopiado, s. n.
- MELO, D. (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MOURA, E. (ed.) (1997), *Portuguese Publishers and Book Market 1997*, Lisboa, Portugal-Frankfurt 97 S. A. e Ministério da Cultura.
- NÓVOA, A. (1992), “A ‘educação nacional’”. In F. Rosas (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII de J. Serrão e A. H. de O. Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, pp. 455-519.
- Ó, J. R. DO (1999), *Os Anos de Ferro: o Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949*, Lisboa, Estampa.
- OLSON, M. (1998), *A Lógica da Acção Colectiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.
- PEREIRA, A. M. (1998), *Parceria A. M. Pereira. Crónica de Uma Dinastia Livreira*, Lisboa, Pandora.
- RAMOS, R. (1988), “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo”. *Análise Social*, XXIV (103-104), pp. 1067-1145.
- RAVEN, J. (2001), “British publishing and bookselling: constraints and developments”. In J. Michon e J.-Y. Mollier (dirs.), *Les mutations du livre et de l’édition dans le monde du XVIII^e siècle à l’an 2000*, Saint-Nicolas e Paris, Presses de l’Université Laval e L’Harmattan, pp. 19-30.
- ROSAS, F. (coord.) (1994), *O Estado Novo*, vol. 7 de J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- SALAZAR, A. DE O. (1935), *Discursos e Notas Políticas*, vol. 1, *1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora.
- VINCENT, J. (2001), “Les associations d’éditeurs au Québec: de la théorie des associations à une étude de cas”. In J. Michon e J.-Y. Mollier (dirs.), *Les mutations du livre et de l’édition dans le monde du XVIII^e siècle à l’an 2000*, Saint-Nicolas e Paris, Presses de l’Université Laval e L’Harmattan, pp. 544-554.